

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: BREVE REFLEXÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE A PROPOSTA DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM TDAH

INCLUSIVE EDUCATION: A BRIEF BIBLIOGRAPHIC REFLECTION ON THE PROPOSAL FOR THE INCLUSION OF STUDENTS WITH ADHD

EDUCACIÓN INCLUSIVA: BREVE REFLEXIÓN BIBLIOGRÁFICA SOBRE LA PROPUESTA DE INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON TDAH

Letícia Barros Barbosa ¹
Gisele do Rocio Cordeiro ²

Resumo

Este trabalho apresenta uma reflexão bibliográfica sobre a inclusão de alunos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) no contexto educacional, com foco nas diretrizes e práticas implementadas no município de Vitória do Xingu, Pará. A análise parte da compreensão do TDAH como um transtorno neurodesenvolvimental que afeta diretamente o desempenho acadêmico e a integração social dos estudantes, especialmente em escolas rurais, onde há escassez de recursos pedagógicos e formação docente específica. O estudo discute a importância de adaptar o ambiente escolar, capacitar professores e implementar políticas públicas que assegurem o acesso à educação inclusiva. São abordados os desafios enfrentados pelas instituições de ensino, como a ausência de diagnósticos precisos, a rotulação equivocada de alunos e a falta de suporte especializado. A pesquisa também destaca a relevância da formação continuada dos profissionais da educação, do envolvimento da comunidade escolar e da articulação entre diferentes esferas governamentais para promover práticas pedagógicas eficazes. A partir da análise das legislações municipais e das diretrizes nacionais, são propostas estratégias que visam aprimorar a inclusão de alunos com TDAH, promovendo uma educação de qualidade que valorize a diversidade e assegure o pleno desenvolvimento dos estudantes. O trabalho reforça a necessidade de um compromisso coletivo para superar barreiras e construir um sistema educacional mais justo, equitativo e acolhedor.

Palavras-chave: educação inclusiva; TDAH; políticas públicas; práticas pedagógicas; escolas rurais.

Abstract

This study presents a bibliographic reflection on the inclusion of students with Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD) in the educational context, focusing on the guidelines and practices implemented in the municipality of Vitória do Xingu, Pará. The analysis is based on understanding ADHD as a neurodevelopmental disorder that directly affects students' academic performance and social integration, especially in rural schools, where there is a lack of pedagogical resources and specific teacher training. The study discusses the importance of adapting the school environment, training teachers, and implementing public policies that ensure access to inclusive education. It addresses the challenges faced by educational institutions, such as the absence of accurate diagnoses, the mislabeling of students, and the lack of specialized support. The research also highlights the relevance of continuous professional development for educators, the involvement of the school community, and the articulation among different governmental spheres to promote effective pedagogical practices. Based on the analysis of municipal legislation and national guidelines, the study proposes strategies to enhance the inclusion of students with ADHD, promoting quality education that values diversity and ensures students' full development. The work reinforces the need for a collective commitment to overcome barriers and build a more just, equitable, and welcoming educational system.

Keywords: inclusive education; ADHD; public policies; pedagogical practices; rural schools.

¹ Licencianda/Bacharelanda em Licenciatura em Pedagogia no Centro Universitário Internacional - Uninter

² Docente no Centro Universitário Internacional - Uninter

Resumen

Este trabajo presenta una reflexión bibliográfica sobre la inclusión de estudiantes con Trastorno por Déficit de Atención e Hiperactividad (TDAH) en el contexto educativo, con énfasis en las directrices y prácticas implementadas en el municipio de Vitória do Xingu, Pará. El análisis parte de la comprensión del TDAH como un trastorno del neurodesarrollo que afecta directamente el rendimiento académico y la integración social de los estudiantes, especialmente en escuelas rurales, donde existe escasez de recursos pedagógicos y de formación docente específica. El estudio discute la importancia de adaptar el entorno escolar, capacitar a los profesores e implementar políticas públicas que garanticen el acceso a la educación inclusiva. Se abordan los desafíos enfrentados por las instituciones educativas, como la ausencia de diagnósticos precisos, la rotulación equivocada de estudiantes y la falta de apoyo especializado. La investigación también destaca la relevancia de la formación continua de los profesionales de la educación, la participación de la comunidad escolar y la articulación entre diferentes esferas gubernamentales para promover prácticas pedagógicas eficaces. A partir del análisis de las legislaciones municipales y de las directrices nacionales, se proponen estrategias para mejorar la inclusión de estudiantes con TDAH, promoviendo una educación de calidad que valore la diversidad y asegure el pleno desarrollo de los estudiantes. El trabajo refuerza la necesidad de un compromiso colectivo para superar barreras y construir un sistema educativo más justo, equitativo y acogedor.

Palabras clave: educación inclusiva; TDAH; políticas públicas; prácticas pedagógicas; escuelas rurales.

1 Introdução

A educação inclusiva foi reconhecida como um direito fundamental, cuja finalidade foi assegurar que todos os estudantes, independentemente de suas necessidades específicas, tiveram acesso a uma educação de qualidade. Nesse contexto, a análise da inclusão de alunos diagnosticados com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) em escolas rurais tornou-se uma questão central para promover a diversidade e a equidade no ambiente educacional. O TDAH caracterizou-se por sintomas como desatenção, hiperatividade e impulsividade, que impactaram diretamente o desempenho acadêmico e a integração social desses alunos, especialmente em contextos educacionais com recursos limitados.

O problema que direcionou esta pesquisa foi compreender como se deu a inclusão de alunos com TDAH em turmas regulares do ensino fundamental nos anos iniciais, em escolas rurais. Essa questão adquiriu relevância diante da necessidade de abordar as especificidades desses estudantes em realidades escolares frequentemente marcadas pela escassez de recursos pedagógicos especializados e pelo desconhecimento acerca do transtorno. Em localidades como Vitória do Xingu, a ausência de diagnósticos precisos e intervenções adequadas resultou na rotulação equivocada de alunos como indisciplinados ou desmotivados, ampliando as barreiras para sua aprendizagem e desenvolvimento pleno.

A justificativa para a realização desta pesquisa residiu na importância de ampliar a compreensão e a conscientização sobre o TDAH, de modo a subsidiar práticas educacionais mais inclusivas. Apesar dos avanços científicos relacionados ao transtorno, as escolas rurais continuaram enfrentando desafios consideráveis, como a falta de acesso a diagnósticos e tratamentos adequados, além da ausência de capacitação específica para professores e gestores

educacionais. Compreender como a educação inclusiva foi implementada para alunos com TDAH nessas escolas possibilitou identificar lacunas e propor estratégias que contribuíram para o aprimoramento das práticas pedagógicas e das políticas públicas.

Ademais, a relevância deste estudo também esteve ligada à sensibilização dos gestores públicos para a implementação de políticas que garantissem a capacitação profissional e a utilização de metodologias de ensino mais eficazes. Nesse sentido, os dados levantados ofereceram subsídios para a elaboração de programas educacionais e de saúde mental voltados para alunos com TDAH, promovendo não apenas a inclusão, mas também o desenvolvimento integral desses estudantes. A pesquisa visou, portanto, contribuir para o avanço da inclusão educacional em escolas rurais, fomentando práticas que integrassem a diversidade e assegurassem o direito à educação de qualidade para todos.

Em síntese, os resultados deste trabalho corroboraram para o aprofundamento da discussão sobre o TDAH no contexto educacional e forneceram *insights* valiosos para a criação de soluções práticas e políticas inclusivas, reafirmando a importância de se pensar uma educação verdadeiramente equitativa e justa, especialmente em regiões com desafios educacionais significativos.

2 Metodologia

Este trabalho fundamentou-se em uma abordagem metodológica baseada em revisão bibliográfica, com o objetivo de investigar a educação inclusiva para alunos diagnosticados com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) no contexto das escolas rurais do município de Vitória do Xingu. A pesquisa foi conduzida por meio de uma análise detalhada de materiais acessíveis em fontes confiáveis, como livros, artigos científicos, documentos públicos municipais e recursos disponíveis na internet. Essa abordagem permitiu construir uma base teórica sólida e embasada nos principais referenciais sobre a temática da inclusão educacional e suas especificidades no atendimento a alunos com TDAH.

Para a realização do levantamento bibliográfico, priorizaram-se fontes que abordaram diretrizes e políticas educacionais do município, além de estudos mais amplos sobre práticas inclusivas no Brasil. Foram realizadas leituras minuciosas de textos acadêmicos e normativos que trouxessem contribuições relevantes sobre o tema. A seleção desses materiais seguiu critérios de relevância, atualidade e qualidade, assegurando que a análise estivesse alinhada com as exigências e complexidades do problema em questão.

A análise documental consistiu em identificar, fichar e interpretar os dados provenientes dos documentos selecionados. Durante esse processo, buscou-se compreender como o município de Vitória do Xingu desenvolveu suas políticas educacionais voltadas para a inclusão de alunos com TDAH, considerando aspectos como infraestrutura, formação de professores e disponibilidade de recursos pedagógicos especializados. Esse procedimento permitiu mapear lacunas e avanços nas iniciativas locais, além de identificar boas práticas e desafios recorrentes.

Além disso, foram explorados documentos públicos, como planos municipais de educação, relatórios de gestão e legislações específicas relacionadas à inclusão educacional. Essa etapa foi essencial para compreender a articulação entre as diretrizes nacionais e a aplicação prática no contexto local, especialmente no atendimento a alunos com necessidades específicas em escolas rurais. A sistematização das informações coletadas foi realizada por meio de fichamentos e registros organizados de forma a subsidiar as discussões e conclusões deste trabalho.

Portanto, a metodologia adotada possibilitou uma visão abrangente e crítica sobre o tema, fornecendo subsídios para reflexões acerca das práticas educacionais inclusivas no município. Ao recorrer a uma revisão bibliográfica detalhada, o estudo buscou não apenas descrever a realidade atual, mas também propor contribuições teóricas e práticas que possam orientar futuras políticas e intervenções educacionais voltadas ao atendimento de alunos com TDAH.

3 Educação Inclusiva: conceitos e diretrizes

A educação inclusiva constitui um dos pilares fundamentais para a construção de uma sociedade equitativa, garantindo o direito de todos à educação de qualidade, independentemente de suas necessidades específicas. Conforme preconizado pela Lei n.º 256/2015, do município de Vitória do Xingu, o Plano Municipal de Educação estabeleceu diretrizes voltadas à promoção de uma educação que respeitasse a diversidade, incluindo estratégias específicas para atender alunos com necessidades educacionais especiais, como aqueles diagnosticados com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Nesse sentido, a inclusão de alunos com TDAH nas escolas públicas locais reforçou a necessidade de práticas pedagógicas que integrassem aspectos acadêmicos e sociais, assegurando uma educação verdadeiramente inclusiva.

De acordo com Barbarini (2018), o TDAH é um transtorno que historicamente enfrentou disputas em sua definição e abordagem, muitas vezes sendo subestimado ou tratado de forma inadequada no ambiente escolar. Essa problemática se intensifica em contextos rurais, como Vitória do Xingu, onde os recursos pedagógicos e as formações específicas para lidar com o

transtorno ainda são limitados. A Lei n.º 006/2018, que organiza o Sistema Municipal de Ensino, destacou a importância da estruturação de políticas que promovam a inclusão e a equidade educacional, mas também revelou desafios relacionados à implementação de estratégias efetivas para atender alunos com TDAH.

No cenário educacional, Barkley (2020) destacou que crianças com TDAH frequentemente enfrentam dificuldades em se adaptar às exigências curriculares e comportamentais das escolas regulares, tornando essencial a adoção de práticas pedagógicas diferenciadas e de políticas que reconheçam essas especificidades. Em consonância, Paes, Renk e Simão-Silva (2021) argumentaram que a formação contínua de professores é uma condição indispensável para a inclusão efetiva desses alunos, permitindo a criação de ambientes que acolham a diversidade de formas de aprendizagem e que incentivem o desenvolvimento integral.

No município de Vitória do Xingu, o estudo de Almeida (2023) apontou para a necessidade de maior envolvimento da comunidade escolar e local na implementação de políticas inclusivas, evidenciando que a inclusão de alunos com TDAH demanda um esforço coletivo que vai além da sala de aula. Esse esforço inclui não apenas adaptações pedagógicas, mas também o acesso a diagnósticos precisos, suporte psicológico e estratégias de intervenção precoce que possam beneficiar diretamente os estudantes.

Portanto, a educação inclusiva, no contexto de alunos com TDAH, transcendeu o simples cumprimento de legislações, representando um compromisso com a transformação social e com a garantia de oportunidades iguais para todos os alunos. A construção de políticas públicas mais robustas, acompanhada de uma formação docente qualificada e do envolvimento ativo da comunidade escolar, mostrou-se essencial para o sucesso dessa iniciativa. A análise das diretrizes municipais e das práticas pedagógicas existentes em Vitória do Xingu evidenciou a relevância de alinhar as ações educacionais às necessidades específicas desses alunos, contribuindo para a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade, conforme preconizam Silva (2017) e Borges (2023).

3.1 Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é uma condição neurodesenvolvimental caracterizada por sintomas persistentes de desatenção, hiperatividade e impulsividade, que afetam significativamente a vida acadêmica, social e emocional dos indivíduos diagnosticados. De acordo com Barkley (2020), o TDAH é um dos transtornos mais estudados na psiquiatria infantil e tem origem multifatorial, envolvendo componentes

genéticos, neurobiológicos e ambientais. Ele destaca que essa condição não é apenas um desafio acadêmico, mas também um fator que influencia o comportamento e as interações sociais, exigindo uma abordagem holística para seu manejo. No contexto educacional, alunos com TDAH enfrentam desafios particulares, como dificuldade em manter a atenção em atividades prolongadas, problemas na organização de tarefas e tendência a agir de forma impulsiva. Esses comportamentos, muitas vezes mal interpretados como desinteresse ou indisciplina, podem levar à exclusão ou rotulação negativa desses estudantes (Silva, 2014). Magalhães e Teixeira (2021) afirmam que a compreensão adequada do transtorno é essencial para garantir que as intervenções pedagógicas sejam eficazes e respeitem as necessidades específicas desses alunos.

Além disso, Barbarini (2018) aponta que o diagnóstico do TDAH tem sido alvo de debates, especialmente devido à sua alta prevalência e à falta de consenso sobre os critérios diagnósticos em alguns contextos. Isso se agrava em regiões onde há menor acesso a serviços especializados, como as áreas rurais. Em municípios como Vitória do Xingu, a ausência de recursos especializados e a limitada formação docente para lidar com o transtorno representam barreiras significativas para a inclusão educacional de alunos com TDAH (Almeida, 2023).

Barkley (2020) enfatiza que a intervenção precoce é crucial para minimizar os impactos negativos do TDAH, destacando a importância de estratégias combinadas que envolvam ajustes no ambiente escolar, suporte psicossocial e, em alguns casos, tratamento medicamentoso. A literatura também indica que práticas pedagógicas diferenciadas, como metodologias ativas, ensino individualizado e o uso de recursos visuais, podem ser eficazes para manter o engajamento desses alunos e melhorar seu desempenho acadêmico (Dias; Rosa; Pedroso, 2021).

A inclusão de alunos com TDAH no ambiente escolar regular exige um compromisso com a personalização das práticas pedagógicas e com a formação continuada dos professores. Lopes e Souza Neta (2021) destacam que, quando professores estão devidamente capacitados, são capazes de implementar estratégias que favoreçam o aprendizado e promovam a integração desses alunos. Essas estratégias incluem a criação de rotinas estruturadas, o uso de reforço positivo e a adaptação do currículo às necessidades específicas do estudante.

Por fim, a inclusão de alunos com TDAH é uma responsabilidade compartilhada entre a escola, a família e o poder público. Conforme apontam Brito e Fonseca (2024), a gestão pública tem um papel essencial ao elaborar políticas educacionais que garantam recursos adequados e suporte técnico para atender às demandas desses alunos. Nesse sentido, a legislação e as diretrizes educacionais, como as previstas no Plano Municipal de Educação de Vitória do Xingu (2015), podem oferecer um *framework* para a promoção da inclusão efetiva, desde que implementadas de maneira articulada com as necessidades locais.

3.2 Políticas públicas e inclusão escolar no Brasil

A inclusão escolar no Brasil tem se consolidado como uma das principais diretrizes das políticas públicas educacionais, orientando esforços para garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, mentais ou sociais, tenham acesso a uma educação de qualidade. Essa perspectiva é fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996), que estabelece, em seu artigo 58, que a educação especial deve ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino. A inclusão é, portanto, um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, que reconhece a educação como um direito de todos e um dever do Estado.

As políticas públicas brasileiras têm se alinhado às demandas de uma educação inclusiva, especialmente após a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2008), que foi incorporada ao ordenamento jurídico nacional com *status* de emenda constitucional. Essa convenção reforçou a obrigação do Estado de assegurar que pessoas com deficiência tenham acesso a um sistema educacional inclusivo, em todos os níveis, e em igualdade de condições com os demais. No contexto educacional, isso significa implementar práticas pedagógicas que respeitem a diversidade e eliminem barreiras ao aprendizado (Brasil, 2008).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) foi um marco importante para a inclusão escolar no Brasil. Esse documento orientou a reorganização dos sistemas de ensino, com a proposta de integrar alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns. Segundo Paes, Renk e Simão-Silva (2021), essa política representou um avanço significativo ao enfatizar a importância do atendimento educacional especializado (AEE) como suporte complementar ao ensino regular. Além disso, destacou a necessidade de capacitação docente e de investimentos em infraestrutura acessível para promover a equidade educacional.

No entanto, a implementação dessas políticas enfrenta desafios significativos. Em muitas regiões, especialmente nas áreas rurais, ainda há uma grande lacuna entre o que é preconizado nas legislações e a realidade das escolas. Almeida (2023) destaca que, no município de Vitória do Xingu, por exemplo, a falta de recursos financeiros e materiais comprometeu a efetividade das iniciativas de inclusão, revelando a necessidade de maior comprometimento político e administrativo para superar essas limitações.

No que tange aos alunos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), as políticas públicas ainda apresentam fragilidades em abordar as especificidades

desse público. Barbarini (2018) aponta que o TDAH, muitas vezes, não é reconhecido como uma condição que demanda adaptações educacionais, o que dificulta o acesso a suporte pedagógico especializado. Além disso, Brito e Fonseca (2024) ressaltam que a gestão pública deve atuar de forma mais incisiva para promover formação continuada dos professores e desenvolver estratégias pedagógicas eficazes para atender a essa demanda.

Outra iniciativa relevante é o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei n.º 13.005/2014, que estabeleceu metas para a educação inclusiva, como a universalização do atendimento educacional especializado para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. Embora tenha representado um avanço, o cumprimento dessas metas ainda enfrenta entraves devido à falta de financiamento adequado e à descontinuidade de políticas em diferentes esferas de governo.

3.3 Educação Inclusiva em Escolas Rurais: desafios e possibilidades

A educação inclusiva em escolas rurais apresenta desafios únicos, mas também grandes possibilidades para promover a equidade e a justiça social no acesso à educação. No Brasil, a diversidade cultural, as barreiras geográficas e a escassez de recursos em contextos rurais representam fatores que complicam a implementação de práticas inclusivas eficazes. No entanto, é justamente nesses espaços que a educação inclusiva pode desempenhar um papel transformador, contribuindo para romper ciclos de exclusão e desigualdade.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE), a inclusão escolar deve ser garantida em todos os contextos, incluindo as áreas rurais, que frequentemente enfrentam dificuldades específicas, como a falta de infraestrutura adequada, transporte escolar insuficiente e formação docente limitada (Brasil, 1996; 2014). Esses desafios são intensificados em regiões remotas, como Vitória do Xingu, onde, segundo Almeida (2023), as escolas muitas vezes carecem de recursos básicos para atender alunos com necessidades educacionais especiais, como aqueles diagnosticados com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).

Um dos principais obstáculos enfrentados pelas escolas rurais é a dificuldade de capacitar os professores para lidar com a diversidade de alunos em sala de aula. Brito e Fonseca (2024) ressaltam que a formação docente nas áreas rurais é frequentemente negligenciada, resultando em práticas pedagógicas que não atendem às necessidades dos alunos com TDAH e outras condições específicas. Nesse sentido, a implementação de programas de formação

continuada para professores que atuam em contextos rurais é essencial para promover uma educação inclusiva de qualidade.

Além disso, a adaptação curricular é um componente fundamental para a inclusão educacional em escolas rurais. Lopes e Souza Neta (2021) destacam que as estratégias pedagógicas precisam considerar não apenas as necessidades individuais dos alunos, mas também as especificidades do contexto rural, como o trabalho infantil e a sazonalidade agrícola, que podem impactar o engajamento e a frequência escolar. Metodologias ativas e o uso de tecnologias digitais, ainda que desafiadores em locais com acesso limitado à internet, podem ser ferramentas poderosas para tornar o ensino mais acessível e inclusivo (Dias; Rosa; Pedroso, 2021).

Outro ponto relevante é o papel das políticas públicas no fortalecimento da inclusão em áreas rurais. Segundo a Lei n.º 256/2015, que aprova o Plano Municipal de Educação de Vitória do Xingu, há diretrizes específicas para a educação inclusiva no município, mas a falta de financiamento adequado e o baixo envolvimento da comunidade local limitam a aplicação efetiva dessas políticas (Brasil, 2015). Nesse cenário, a mobilização comunitária e o envolvimento de famílias e organizações locais emergem como possibilidades para superar essas dificuldades, promovendo uma educação que integre as características culturais e sociais da região.

Embora os desafios sejam significativos, as possibilidades de avanço na inclusão escolar em escolas rurais são promissoras. Segundo Silva (2017), quando a comunidade escolar trabalha em conjunto, é possível criar ambientes de aprendizagem acolhedores e adaptados às necessidades de todos os alunos. A valorização das práticas locais e o reconhecimento da importância da diversidade são fatores que podem fortalecer as iniciativas de inclusão, transformando a escola em um espaço de integração e desenvolvimento humano.

3.4 Análise das diretrizes municipais sobre educação inclusiva

A análise das diretrizes municipais sobre educação inclusiva é fundamental para compreender como os princípios estabelecidos em legislações e políticas nacionais são adaptados às realidades locais. No município de Vitória do Xingu, as legislações municipais, como a Lei n.º 256/2015, que instituiu o Plano Municipal de Educação (PME), e a Lei n.º 006/2018, que organizou o Sistema Municipal de Ensino, desempenham um papel central na promoção de uma educação inclusiva. Essas diretrizes refletem a necessidade de atender à diversidade de alunos, incluindo aqueles com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), no contexto das escolas rurais.

O Plano Municipal de Educação de Vitória do Xingu destaca, em seus objetivos estratégicos, a necessidade de implementar ações que promovam a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. Entre as metas, destaca-se a ampliação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a formação continuada dos professores para lidar com as demandas específicas dos alunos, como o TDAH (Brasil, 2015). Essas medidas são alinhadas às diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que enfatizam o papel das escolas em oferecer suporte pedagógico adequado e eliminar barreiras à aprendizagem.

Contudo, a efetividade dessas diretrizes enfrenta desafios significativos, como apontado por Almeida (2023), que realizou uma análise documental sobre a participação da comunidade escolar e local no Sistema Municipal de Ensino em Vitória do Xingu. O estudo evidenciou que a falta de recursos materiais e humanos especializados, bem como a limitada infraestrutura escolar, compromete a implementação de políticas inclusivas no município. Esses problemas são agravados pelo fato de que muitas escolas rurais não possuem equipes multidisciplinares ou tecnologias assistivas necessárias para atender às demandas de alunos com TDAH.

Além disso, a Lei n.º 006/2018, que organiza o Sistema Municipal de Ensino e cria o Conselho Municipal de Educação, reforça a importância do envolvimento comunitário e da articulação entre diferentes atores na promoção da inclusão escolar. O Conselho Municipal de Educação tem o papel de fiscalizar e propor ações que assegurem a inclusão, mas sua atuação é limitada pela ausência de dados sistemáticos sobre as condições reais das escolas e o perfil dos alunos atendidos (Brasil, 2018).

A análise das diretrizes também revela que, embora existam políticas voltadas para a inclusão, a realidade das escolas rurais frequentemente exige adaptações adicionais. Brito e Fonseca (2024) ressaltam que a gestão pública deve ir além da simples formulação de políticas, investindo na capacitação de professores e na sensibilização da comunidade escolar para que a inclusão de alunos com TDAH seja efetivamente promovida.

Portanto, as diretrizes municipais de Vitória do Xingu refletem um compromisso com a educação inclusiva, mas enfrentam limitações na sua implementação prática. A superação desses desafios requer não apenas a alocação de recursos, mas também o fortalecimento da gestão educacional, a articulação com políticas estaduais e federais e o engajamento da sociedade local. Assim, é possível criar um ambiente educacional que realmente acolha a diversidade e garanta o direito à educação para todos os alunos.

3.5 Reflexões sobre as Práticas Pedagógicas para Alunos com TDAH

As práticas pedagógicas para alunos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) têm sido objeto de reflexões importantes no campo da educação inclusiva, buscando alinhar estratégias de ensino às necessidades específicas desse público. Alunos com TDAH enfrentam desafios que impactam diretamente sua experiência escolar, como dificuldade em manter a atenção, impulsividade e hiperatividade, o que exige dos professores uma abordagem pedagógica adaptativa e diferenciada. Segundo Barkley (2020), as intervenções educacionais devem focar na criação de ambientes estruturados, no uso de reforços positivos e na implementação de estratégias que favoreçam a autorregulação e o engajamento do aluno.

No contexto das escolas regulares, a inclusão de alunos com TDAH desafia os educadores a desenvolverem práticas que contemplem tanto o aprendizado acadêmico quanto o desenvolvimento socioemocional. Magalhães e Teixeira (2021) ressaltam que a adaptação curricular, o uso de metodologias ativas e o apoio psicológico são aspectos fundamentais para promover uma inclusão efetiva. Essas práticas não apenas atendem às necessidades específicas dos alunos, mas também contribuem para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo para todos.

Uma das reflexões mais relevantes sobre as práticas pedagógicas refere-se à formação docente. Lopes e Souza Neta (2021) destacam que muitos professores não se sentem preparados para lidar com alunos com TDAH devido à falta de formação inicial ou continuada voltada para o tema. Essa lacuna compromete a qualidade das intervenções pedagógicas, resultando em práticas muitas vezes baseadas no senso comum, e não em abordagens fundamentadas cientificamente. Brito e Fonseca (2024) reforçam a necessidade de capacitações que ofereçam aos docentes ferramentas práticas para lidar com os desafios impostos pelo TDAH, como o gerenciamento de comportamentos disruptivos e o planejamento de atividades que favoreçam o foco e a organização.

Além da formação docente, outro aspecto essencial nas práticas pedagógicas é o uso de estratégias de ensino diversificadas. Dias, Rosa e Pedroso (2021) apontam que metodologias que combinam elementos visuais, atividades práticas e momentos de pausa podem ajudar a manter o interesse e a atenção dos alunos com TDAH. Estratégias como o ensino baseado em projetos e o uso de tecnologia educacional têm se mostrado eficazes para envolver esses estudantes, ao mesmo tempo em que promovem a autonomia e a criatividade.

No município de Vitória do Xingu, conforme apontado por Almeida (2023), as práticas pedagógicas para alunos com TDAH ainda enfrentam desafios devido à limitação de recursos e à falta

de apoio especializado nas escolas rurais. A ausência de profissionais como psicólogos e pedagogos especializados dificulta a implementação de estratégias mais complexas e individualizadas. No entanto, iniciativas comunitárias e o fortalecimento da colaboração entre professores, gestores e famílias podem ajudar a superar essas barreiras e criar um ambiente mais inclusivo.

Outro ponto de reflexão é a importância do envolvimento das famílias no processo educacional. Silva (2014) argumenta que a parceria entre escola e família é indispensável para o sucesso das práticas pedagógicas voltadas para alunos com TDAH. Essa colaboração possibilita um entendimento mais profundo das necessidades do aluno e facilita a continuidade das estratégias educacionais em casa.

3.6 Propostas de melhoria para inclusão escolar

Para aprimorar a inclusão escolar de alunos com TDAH, é necessário implementar medidas que promovam a equidade no acesso à educação e garantam que suas necessidades específicas sejam atendidas. Em primeiro lugar, a capacitação contínua dos professores é essencial. Brito e Fonseca (2024) defendem a criação de programas de formação que abordem as características do TDAH e apresentem estratégias práticas para o manejo em sala de aula, como o uso de reforço positivo, a organização de rotinas e a individualização do ensino.

Além disso, é crucial investir em infraestrutura e recursos pedagógicos especializados. Almeida (2023) aponta que escolas rurais frequentemente carecem de ferramentas básicas para atender às demandas dos alunos com TDAH, como materiais visuais, tecnologias assistivas e espaços adaptados. A alocação de recursos financeiros e o fortalecimento de parcerias com entidades locais podem ajudar a superar essas limitações.

Outra proposta relevante é a ampliação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantindo que alunos com TDAH tenham acesso a suporte individualizado fora do horário regular de aula. Dias, Rosa e Pedroso (2021) sugerem que o AEE, quando articulado com o currículo regular, pode potencializar o aprendizado dos alunos e contribuir para o desenvolvimento de suas habilidades sociais e acadêmicas.

Por fim, é necessário promover a conscientização da comunidade escolar sobre o TDAH, combatendo estigmas e preconceitos que possam dificultar a inclusão. Campanhas de sensibilização e *workshops* podem envolver pais, professores e gestores educacionais, criando uma cultura escolar mais acolhedora e inclusiva. A implementação dessas propostas exige esforços coordenados entre os governos municipais, estaduais e federais, além do engajamento

de toda a comunidade escolar. Dessa forma, será possível construir um sistema educacional que realmente acolha a diversidade e garanta oportunidades iguais para todos os estudantes.

4 Considerações finais

A inclusão escolar de alunos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) representa um desafio significativo no cenário educacional, mas também uma oportunidade essencial para a construção de uma sociedade mais equitativa e justa. A reflexão sobre essa temática revelou a importância de adaptar o ambiente escolar para atender às necessidades específicas desses estudantes, promovendo seu pleno desenvolvimento acadêmico, social e emocional. Ao longo deste estudo, ficou evidente que, embora existam políticas públicas e diretrizes voltadas à educação inclusiva, sua implementação prática ainda enfrenta diversas barreiras, especialmente em contextos rurais, como no município de Vitória do Xingu.

A análise das práticas pedagógicas voltadas para alunos com TDAH demonstrou a necessidade de estratégias individualizadas, metodologias ativas e abordagens centradas no aluno, que valorizem sua singularidade e estimulem sua participação ativa no processo de aprendizagem. No entanto, o sucesso dessas iniciativas depende diretamente de um compromisso coletivo que envolva não apenas a escola, mas também as famílias, os gestores educacionais e a sociedade em geral.

Além disso, a formação continuada dos professores surge como um elemento crucial para o avanço da inclusão. A capacitação docente é indispensável para que os educadores compreendam as especificidades do TDAH e estejam preparados para aplicar práticas pedagógicas eficazes. Nesse sentido, a oferta de cursos, oficinas e programas de formação, aliados a investimentos em infraestrutura e recursos pedagógicos adequados, pode transformar o ambiente escolar em um espaço verdadeiramente inclusivo.

Outro aspecto relevante identificado foi a necessidade de um diálogo constante entre escola e comunidade. A inclusão de alunos com TDAH não pode ser vista como uma responsabilidade isolada da escola, mas como um processo que exige articulação entre diferentes atores sociais. A colaboração entre professores, famílias e profissionais de saúde, bem como o apoio das instâncias governamentais, é fundamental para criar condições que favoreçam o aprendizado e o bem-estar desses estudantes.

Por fim, é imprescindível que a inclusão escolar de alunos com TDAH seja abordada como uma prioridade nas políticas públicas, com ações concretas que promovam a equidade e garantam o direito de todos à educação de qualidade. É necessário superar desafios como a falta

de recursos, a ausência de diagnóstico precoce e o preconceito que ainda persiste em muitos contextos educacionais. Somente com um esforço integrado e contínuo será possível assegurar que os alunos com TDAH sejam plenamente incluídos no sistema educacional, valorizando sua diversidade e contribuindo para a construção de um futuro mais inclusivo e solidário.

Assim, a educação inclusiva para alunos com TDAH não é apenas um compromisso legal ou administrativo, mas uma responsabilidade ética e social que reflete o compromisso de uma sociedade com a igualdade de oportunidades e com o respeito às diferenças. Este trabalho reforça a importância de ampliar o debate, aprofundar pesquisas e implementar práticas que assegurem uma educação que acolha todos os indivíduos, promovendo seu desenvolvimento integral e fortalecendo os valores de cidadania e humanidade.

Referências

ALMEIDA, N. N. **A participação da comunidade escolar e local no Sistema Municipal de Ensino das escolas públicas: um estudo documental em Vitória do Xingu-Pa.** 2023. 24 f. Trabalho de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Faculdade de Educação, Campus Universitário de Altamira, Universidade Federal do Pará, Altamira, 2023. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br/server/api/core/bitstreams/8640814c-1f71-4e62-8d29-5b5927fbbf46/content>. Acesso em: 26 jan. 2026.

BARBARINI, T. de A. **Disputas sobre o transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018.

BARKLEY, R. A. **TDAH: Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade.** 4. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2020.

BORGES, F. S. **Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) no contexto escolar: uma revisão a partir de estudos acadêmicos.** Trabalhos de Conclusão (TCC) (Licenciatura em Pedagogia), Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Osório, 2023. Disponível em: https://repositorio.uergs.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/2884/_tcc_fernanda_borges.pdf?sequence=-1&isAllowed=y. Acesso em: 26 jan. 2026

BRASIL. VITÓRIA DO XINGU. Lei n.º 256/2015, de 22 de junho de 2015. **Aprova o Plano Municipal de Educação de Vitória do Xingu.** Câmara Municipal de Vitória do Xingu – Pará: Vitória do Xingu, 22 jun. 2015. Disponível em: LEI-MUNICIPAL-No-256-2015-PLANOMUNICIPAL-DE-EDUCACAO-VITORIA-DO-XINGU-PA-APROVADO.pdf (vitoriadoxingu.pa.gov.br). Acesso: 05 dez. 2024.

BRASIL. VITÓRIA DO XINGU. Lei n.º 006/2018, de 17 de maio de 2018. **Dispõe sobre a Estruturação e Organização do Sistema Municipal de Ensino – SME e Cria o Conselho Municipal de Educação – CME do Município de Vitória do Xingu, Estado do Pará, e dá outras providências.** Câmara Municipal de Vitória do Xingu – Pará: Vitória do Xingu, 15 jun. 2018. Disponível em: Projeto_de_Lei_06.2018.pdf (cmvitoriadoxingu.pa.gov.br). Acesso: 05 dez. 2024.

BRITO, J. S. H.; FONSECA, B. C. P. Gestão pública na educação inclusiva de estudantes com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) no Rio de Janeiro. **Revista Foco**, [S. l.], v. 17, n. 4, p. e4764, 2024. DOI: 10.54751/revistafoco.v17n4-065. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/4764>. Acesso em: 26 jan. 2026.

DIAS, M. A. M. B.; ROSA, R. B.; PEDROSO, L. V. **Metodologias de ensino e a promoção da inclusão de estudantes com TDAH**: uma análise em dissertações e teses. Research, Society and Development, v. 10, n. 9, e18310917840, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i9.17840>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/download/17840/16056/225583>. Acesso em: 26 jan. 2026.

LOPES, E. N.; SOUZA NETA, C. A. As possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com TDAH. In: RELATOS DE EXPERIÊNCIA - SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO (SEMIEDU), 29. , 2021, Cuiabá. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021 . p. 471-475.

MAGALHÃES, E. V. F.; TEIXEIRA, M. R. **A importância da inclusão dos alunos com TDAH e da educação especial**. Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo (Graduação em Psicopedagogia), Uninter, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/754/AIMPOR~1.PDF?sequence=1&isAllo wed=y>. Acesso em: 26 jan. 2026.

PAES, S. S. M.; RENK, V. E.; SIMÃO-SILVA, D. P. A inclusão de alunos com TDAH: um decênio das diretrizes de Educação Especial em Santa Catarina. **Ensaio: aval. pol. públ. educ.**, v. 30, n. 114, jan.-mar., 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002902308>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/wTrsS6svFXc9NLLGT6YPMCw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 jan. 2026.

SILVA, A. G. **A educação inclusiva de crianças com transtorno e déficit de atenção/hiperatividade – TDAH**. Seminário de Educação, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/41765?locale=pt_BR. Acesso em: 26 jan. 2026.

SILVA, A. B. B. **Mentes Inquietas TDAH**: desatenção, hiperatividade e impulsividade. Rio de Janeiro: Editora Fontanar. 2014.

Data de submissão: 10/10/2025

Data de aceite: 13/11/2025